



CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES
LOGÍSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2º SEMESTRE
2017



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador // Luiz Fernando Pezão

Vice-Governador // Francisco Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ

Secretário de Estado // Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETARIA DE GESTÃO – SUBGEST

Subsecretário de Gestão // Marco Antonio Magalhães Pacheco Filho

SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA – SUPLOG

Superintendente de Logística // Ariane Olczewski

ELABORAÇÃO

Coordenadoria de Políticas de Logística - COPLOG // Mila Braga de Lima

EQUIPE TÉCNICA

Denilson de Brito Lima

Gabriela Braune de Castro Lopes

Lucas Rangel Rodrigues Stelling

Marcelo Odon Archer Salgado

Mario Tinoco da Silva Filho

Sidnei José da Costa Junior

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Subsecretaria Adjunta de Tecnologia da Informação – SATI // Rafael Bezerra

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO

Av. Erasmo Braga, 118

CEP 20.020-000 – Centro – Rio

CADERNO LOGÍSTICO

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS
ATIVIDADES LOGÍSTICAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2017

SUBSECRETARIA DE
Gestão

Conteúdo

Apresentação	6
Metodologia.....	7
Parte I - Suprimentos	9
1. Compras Públicas.....	9
1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição	9
1.2. Licitações por Modalidade	9
1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado	10
1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado	10
1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações.....	11
1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões11	
Eletrônicos	11
1.7. Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos	12
1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos	12
2. Fornecedores	13
2.1. Número de Fornecedores Cadastrados	13
2.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados	13
2.3. Maiores Fornecedores por Valores Contratados.....	14
2.4. Penalizações Aplicadas a Fornecedores.....	14
3. Indicadores Estratégicos	15
3.1. Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade)	15
3.2. Média de Valor por Processo Licitatório.....	15
Parte II - Transportes	16
1. Frota.....	16
1.1. Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade	16
1.2. Maiores Frotas por Unidades Gestoras	16
2. Combustíveis.....	17

2.1.	Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível	17
2.2.	Valor Total Gasto com Combustíveis por Forma de Fornecimento (Posto Interno/ Posto Externo)	17
2.3.	Cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustível.....	18
2.4.	Preços Praticados por Tipo de Fornecimento.....	18
3.	Indicadores Estratégicos	19
3.1.	Volume Médio Consumido por Veículo	19
3.2.	Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular.....	19
PARTE III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LOGÍSTICO		20
1.	Capacitação.....	20
1.1.	Número de Servidores Capacitados:.....	20
1.2.	Carga Horária Total Disponibilizada	20
2.	Redes.....	21
2.1.	Número Total de Integrantes das Redes.....	21
3.	Suporte aos usuários do SIGA	22
3.1.	Número Total de Atendimentos	22
3.2.	Número de atendimentos por assunto.....	22
3.3.	Média Mensal de Unidades Gestoras atendidas	24

Apresentação

A Subsecretaria de Gestão da Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento apresenta a 4ª edição do Caderno Logístico, uma publicação que reúne as principais estatísticas relativas às operações logísticas do Estado de Rio de Janeiro. As informações apresentadas neste Caderno têm por finalidade servir como fonte de informações para toda a sociedade, em especial, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e privados e demais interessados nas funções logísticas do Estado.

Os dados divulgados têm o objetivo de dar transparência às atividades de suprimentos, transportes e produção de conhecimento logístico, em suas diversas dimensões, possibilitando à sociedade conhecer e avaliar essas atividades, assim como embasar a discussão de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público.

Nesse sentido, neste Caderno Logístico são apresentados dados que permitem o acompanhamento das principais funções logísticas, com indicações dos valores financeiros, atores e objetos envolvidos. Os dados de 2017 foram agregados aos dados dos anos 2012 a 2016, quando disponíveis, permitindo uma análise do comportamento histórico das operações logísticas do Estado, tornando possível identificar tendências e avaliar os efeitos das políticas implementadas ao longo desse período, bem como orientar as políticas logísticas a serem adotadas no futuro. Esta 4ª edição do Caderno Logístico foi modificada, em relação a edições anteriores, no intuito de atingir melhor sua finalidade.

As tabelas detalhadas do Caderno Logístico estão disponíveis na internet, no Portal de Gestão, na página da Secretaria de Fazenda e Planejamento Estado do Rio de Janeiro (<http://www.fazenda.rj.gov.br>). Com as informações do Caderno Logístico na internet, o usuário pode recuperar o conjunto de dados que foram utilizadas na elaboração dos gráficos apresentados nesta publicação, permitindo, assim, a construção de tabelas e gráficos personalizados.

Metodologia

As informações apresentadas neste Caderno foram obtidas de diversas fontes. Contêm dados extraídos, entre outros, dos sistemas SIGA, CTF e SISCAP, além dos sistemas de controle e acompanhamento mantidos pela Subsecretaria de Gestão. Os registros se referem aos dados verificados até o final do mês de dezembro de 2017.

As informações referentes às compras públicas têm como fonte o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA). O SIGA é um sistema informatizado implantado em dezembro de 2009 com a finalidade de registrar, processar e controlar as compras e contratações públicas, de bens e serviços, efetuadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e os da Administração Pública Indireta que são dependentes do Poder Executivo devem tramitar suas contratações por meio do SIGA.

A partir desta edição, os dados relativos às compras realizadas através do sistema de registro de preços passaram a ser computados pelas operações efetivamente contratadas, diferentemente das edições anteriores, quando se consideravam as operações requisitadas. Tal aperfeiçoamento era desejável na medida em que algumas requisições poderiam não se concretizar em contratações. As demais compras públicas continuaram a ser computadas da mesma forma: as licitações referem-se às operações homologadas e adjudicadas e as inexigibilidades e dispensas referem-se aos processos aprovados e finalizados. Contratações referentes a obras e serviços de engenharia não são integralmente registradas no SIGA e, portanto, nem todas as contratações dessa natureza estão computadas neste Caderno.

Os dados alusivos a combustíveis se referem ao contrato nº 001/2014 e seus aditivos que incluem o abastecimento e a utilização do sistema CTF, sendo a SEFAZ responsável e gestora central da oferta de combustível para os 79 órgãos e entidades participantes do Sistema Integrado de Aquisição e Distribuição de Combustíveis Derivados de Petróleo (SIADC). Esses órgãos e entidades obtêm combustíveis diretamente em depósitos instalados nas suas dependências (os chamados postos internos) e nos postos de abastecimento privados credenciados (os chamados postos externos) e realizam seus pagamentos por meio de descentralização de créditos orçamentários. Os dados de postos externos utilizados neste caderno são apurados pelo CTF (Sistema de Controle Total de Frotas) e contemplam os órgãos do contrato mencionado acima, com exceção do TCE. Os dados de postos internos englobam os gastos apurados através do SIADC somados aos dados do DER e das corporações PMERJ, PCERJ e CBMERJ.

Uma observação importante é que os quadros que apresentam o total de combustível gasto por tipo e por forma de fornecimento contemplam o total dos dados de postos internos e externos. Porém, o quadro que representa o consumo de combustível por unidade gestora não inclui os dados de postos internos de DER, PMERJ, PCERJ e CBMERJ, pois não é possível individualizar os gastos de cada um dos quatro órgãos.

O controle mensal do consumo dos órgãos e entidades é realizado através do CTF, que prevê a instalação de chips nos carros oficiais e nas bombas de postos credenciados pela BR Distribuidora. Os dados relativos à frota são obtidos a partir do sistema CTF. São também utilizados dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, referente aos preços medidos de comercialização de combustíveis verificados no Rio de Janeiro.

Em relação ao cálculo do consumo médio veicular, foi introduzido um pequeno aperfeiçoamento metodológico na extração dos dados que levou à revisão dos consumos médios anteriormente publicados.

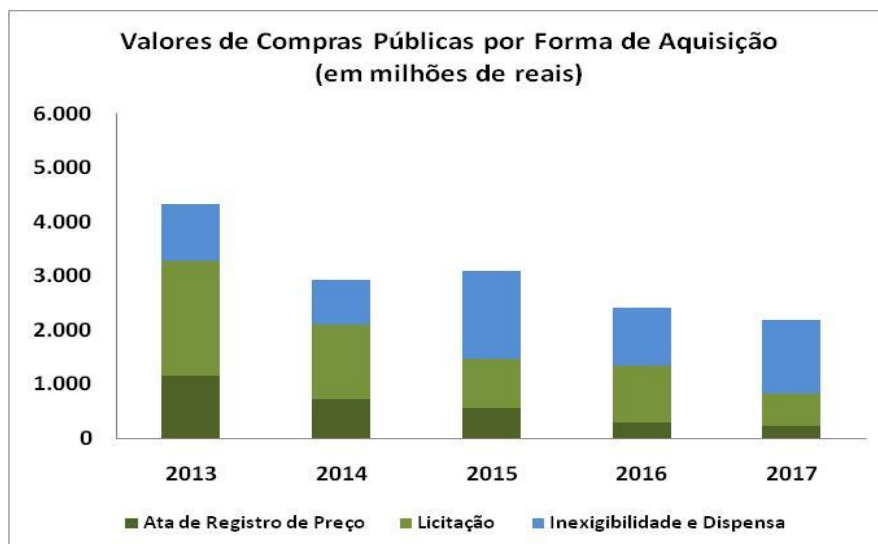
Finalmente, os dados referentes à produção de conhecimento logístico foram extraídos dos bancos de dados do Sistema de Capacitação – SISCAP, um aplicativo interno desenvolvido pela própria SUBGEST, na parte referente à capacitação de servidores, e do Redmine, um software livre, na parte referente ao Suporte SIGA.

Parte I - Suprimentos

1. Compras Públicas

1.1. Valor Total das Compras Públicas por Forma de Aquisição

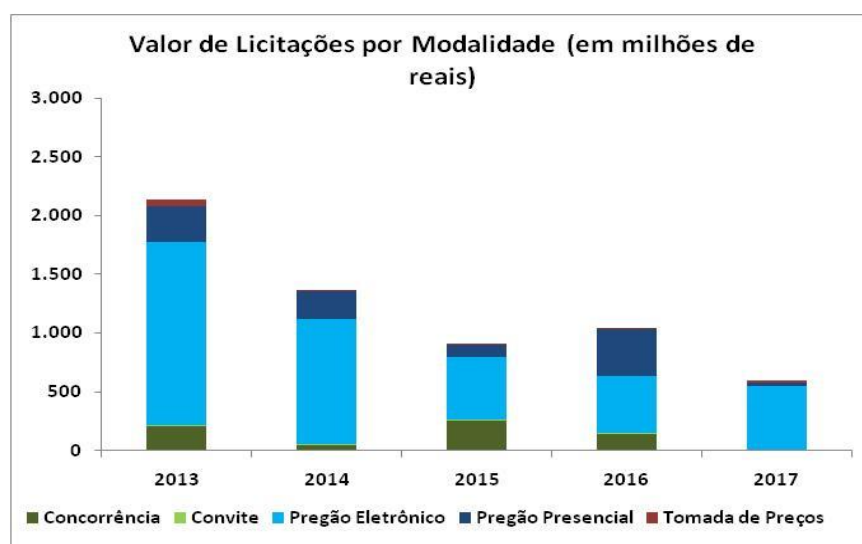
O valor total das compras públicas no SIGA em 2017 foi de R\$ 2.182.646.077,85, o que corrobora com tendência de queda notada desde 2015. Os dados de 2017 demonstram uma queda de 10% em relação a 2016,



confirmando a tendência de retração observada desde 2015. Em 2017, as compras realizadas sob a forma de inexigibilidades e dispensas representaram a principal forma de aquisição, seguidas pelas licitações e atas de registro de preços.

1.2. Licitações por Modalidade

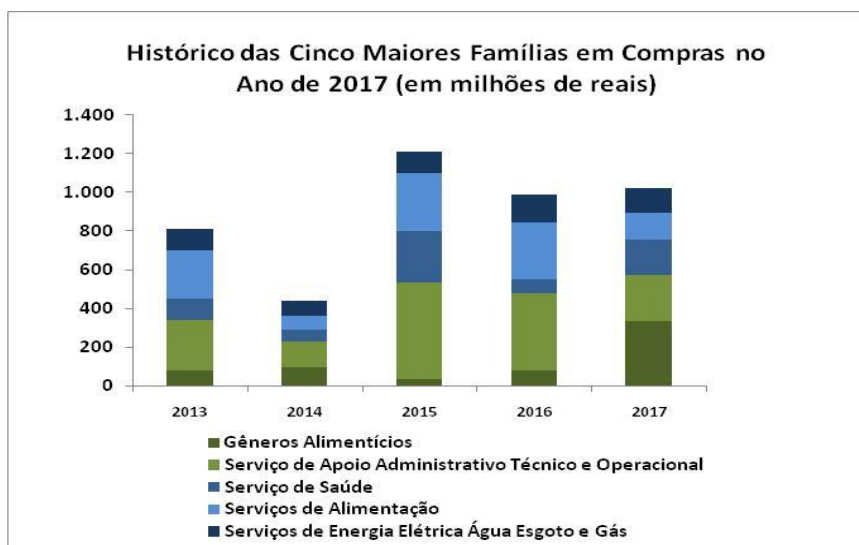
No ano de 2017 o pregão eletrônico respondeu por 91% das licitações realizadas no SIGA. Manteve-se, no período de 2013 a 2017, como a principal modalidade nas licitações. A segunda modalidade foi o pregão



presencial, com 5,6% do total das licitações. As tomadas de preço e as concorrências representam, juntas, 2,9% das licitações. A modalidade convite não foi representativa no total.

1.3. Maiores Famílias por Valor Comprado

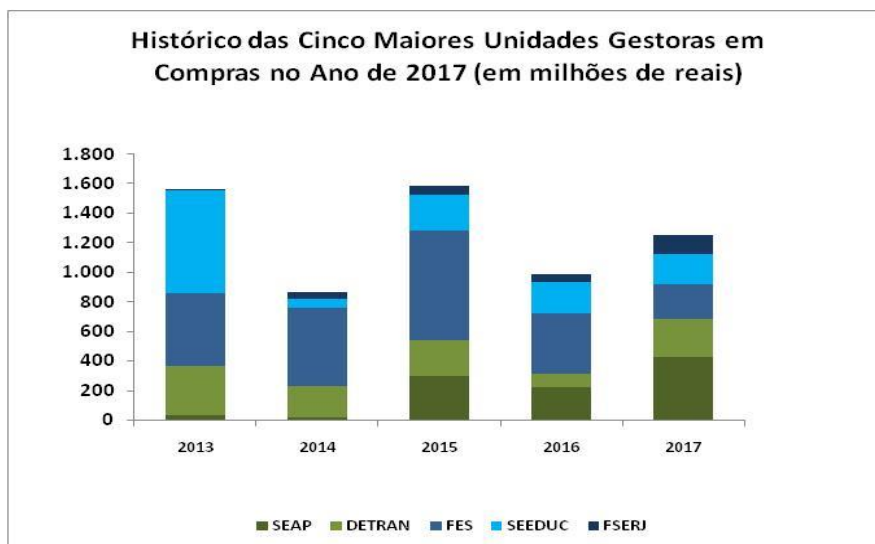
Em 2017 as cinco maiores famílias por volume de compras representaram 47% das compras totais, sendo a maior delas a de Gêneros Alimentícios. Nos últimos anos, o conjunto destas famílias vem



apresentando um crescimento na sua participação em relação ao volume total comprado, saindo de 20% para os 46% atuais. Isoladamente, a família de Apoio Administrativo foi a mais representativa até 2016, quando foi ultrapassada pela família de Gêneros Alimentícios, ficando na segunda posição. Os Serviços de Saúde são a terceira categoria com o maior valor comprado.

1.4. Maiores Unidades Gestoras por Valor Comprado

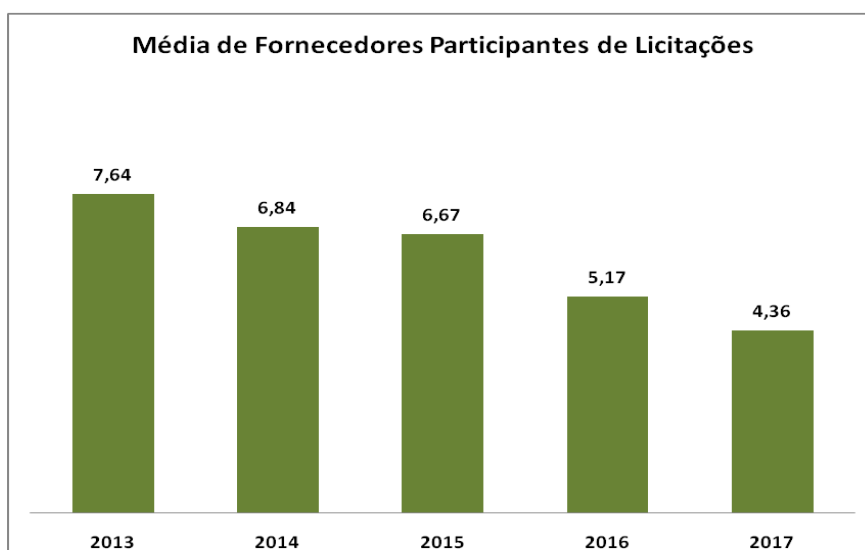
Em 2017 as cinco maiores Unidades Gestoras por volume de compras representaram 57% das compras totais, sendo a maior delas a SEAP. Nos últimos anos, o conjunto destas unidades oscilou entre 30% e



57% das compras totais, sendo, no período, as mais representativas, a FES e a SEEDUC, sendo que a SEAP evoluiu de uma participação de menos de 1% do volume total em 2013 para 20% em 2017. O Detran representou uma média de 7% no valor total das compras.

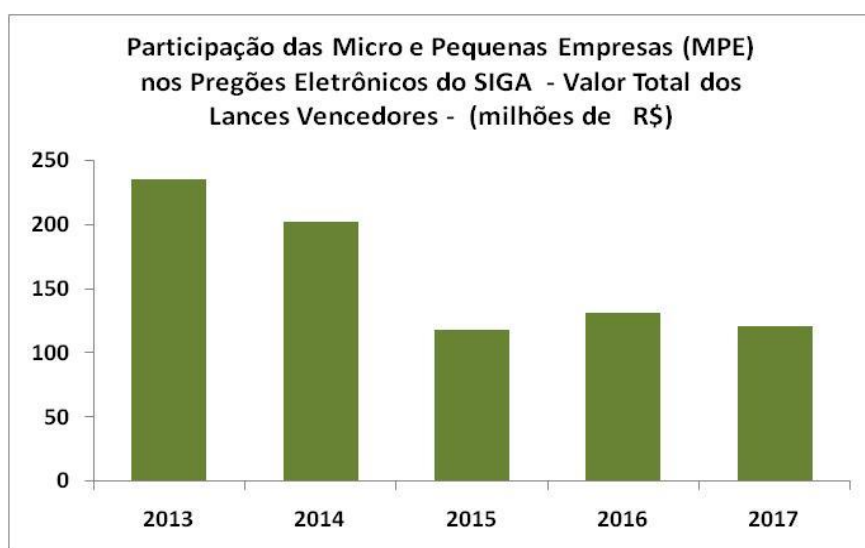
1.5. Número Médio de Participantes nas Licitações

O número médio de participantes nas licitações diminuiu no período de 2013 a 2017, caindo de 7,6 naquele ano para 4,4 em 2017, o que corresponde a 42% da média inicial. No último ano a queda apresentada foi de 16%.



1.6. Valor Total dos Lances Homologados de Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos

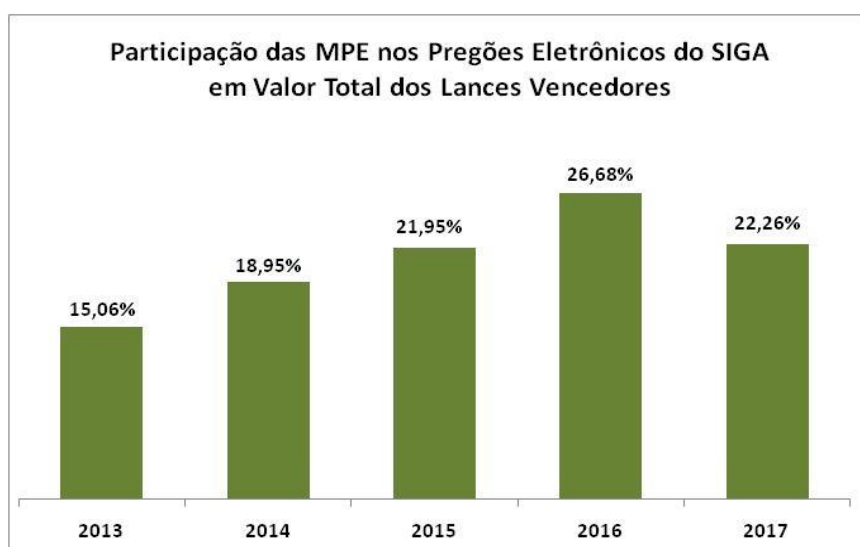
O valor total dos lances homologados nos pregões eletrônicos no SIGA para Micro e Pequenas Empresas alcançou R\$ 121 milhões em 2017, o que representa uma queda de 18% em relação a 2016,



retomando a tendência de retração observada desde 2013, quando o valor total foi superior a R\$ 235 milhões.

1.7. Participação das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões Eletrônicos

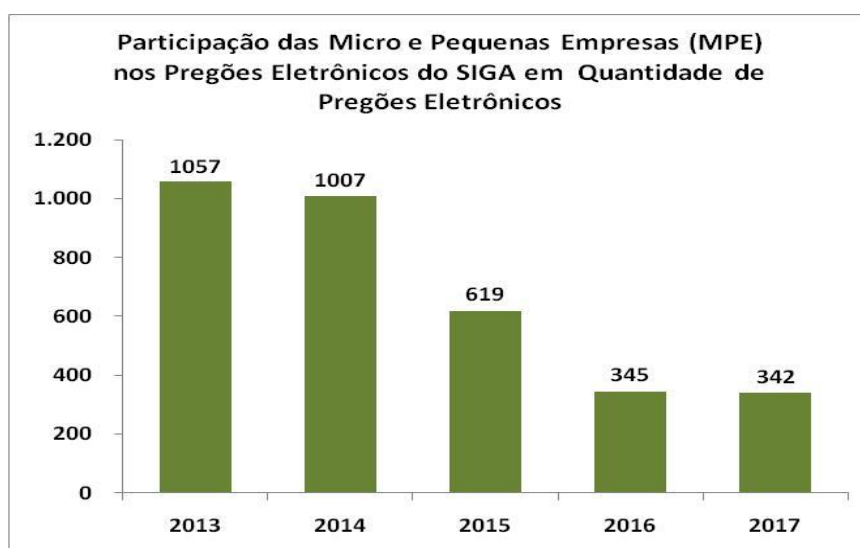
Não obstante a queda nos valores totais homologados, as micro e pequenas empresas vêm mantendo uma participação importante nas licitações efetuadas pelo Estado. O valor dos lances



homologados por micro e pequenas empresas em relação ao valor total homologado nos pregões eletrônicos no SIGA tem oscilado por volta de 20%, em média, no período 2013-2017.

1.8. Número de Micro e Pequenas Empresas Participantes nos Pregões Eletrônicos

O número de Micro e Pequenas Empresas participantes nos Pregões Eletrônicos se manteve estável entre 2013 e 2014. Em 2015, esse número apresentou uma redução de 40% em relação a 2014. Entre 2015 e 2016 a queda se repetiu com o percentual



de aproximadamente 55%. Em 2017 a participação das Micro e Pequenas Empresas em número se manteve estável em relação a 2016.

2. Fornecedores

2.1. Número de Fornecedores Cadastrados

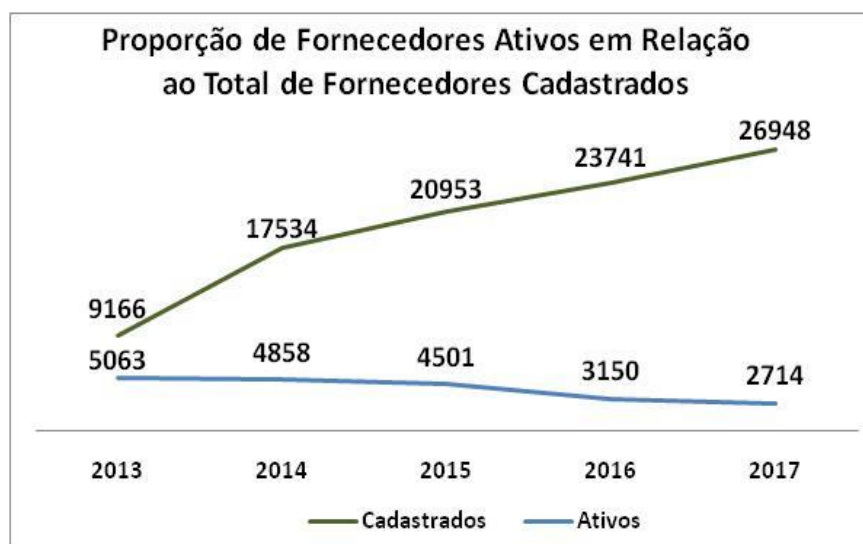
O número de fornecedores tem aumentado ano a ano com o cadastramento de novas empresas. Desde 2013 têm sido cadastradas, em média, 4.297 empresas por ano. No último ano foram cadastradas



3.157 empresas, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 13%. Destas empresas, 47% detêm a condição de registrados, que podem contratar com o Estado, mas não estão habilitados a participar dos certames licitatórios eletrônicos. Dentre o total de empresas cadastradas no SIGA, 51% são credenciadas, ou seja, podem atualmente participar dos processos licitatórios.

2.2. Proporção dos Fornecedores Ativos em Relação ao Total de Fornecedores Cadastrados

A proporção dos fornecedores ativos, que representa aqueles que efetivamente participam de licitações, inexigibilidades e dispensas, em relação ao total dos fornecedores cadastrados vêm se reduzindo consistentemente ao longo do tempo. Isso é influenciado pela



expansão do número de fornecedores cadastrados e pela redução da atividade de compra do Estado. A proporção de fornecedores ativos em relação aos cadastrados saiu de um nível de 55% em 2013 para aproximadamente 10% em 2017.

2.3. Maiores Fornecedores por Valores Contratados

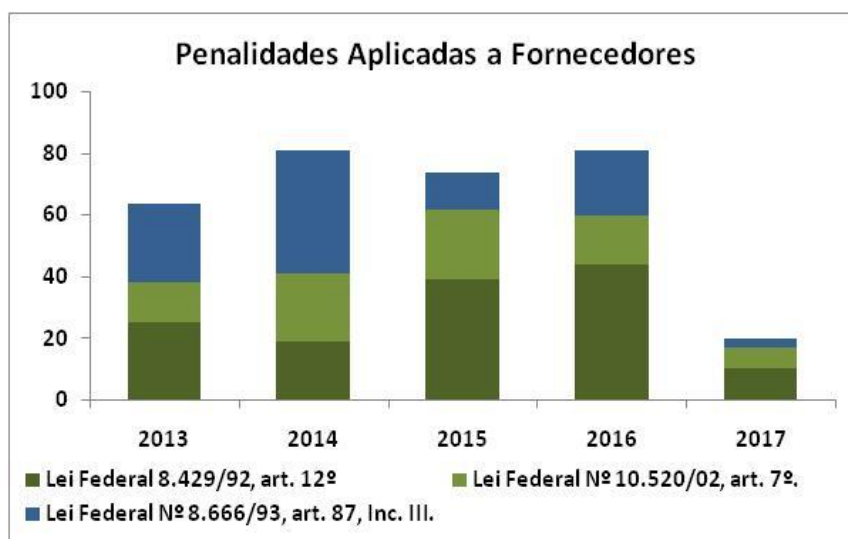
Os 5 maiores fornecedores para o Estado em relação ao valor responderam por 24% das compras totais no ano de 2017. Esta foi uma participação maior comparada com a que essas mesmas empresas alcançaram



em 2016 (11%), 2015 (7%), 2014 (9%) e 2013 (7%). Dentre essas empresas, as que mais contrataram em 2017 foram, nessa ordem, Masan (R\$ 131 mi), Emplaca Comércio (R\$ 96 mi), BB Securities (R\$ 65 mi), FETRANSPOR (R\$ 59 mi) e PROBID (R\$ 58 mi).

2.4. Penalizações Aplicadas a Fornecedores

O número de penalidades aplicadas a fornecedores manteve-se estável de 2013 a 2016, baixando 25% em 2017. As penalidades mais comumente aplicadas correspondem aos Artigos e Incisos das Leis a seguir:

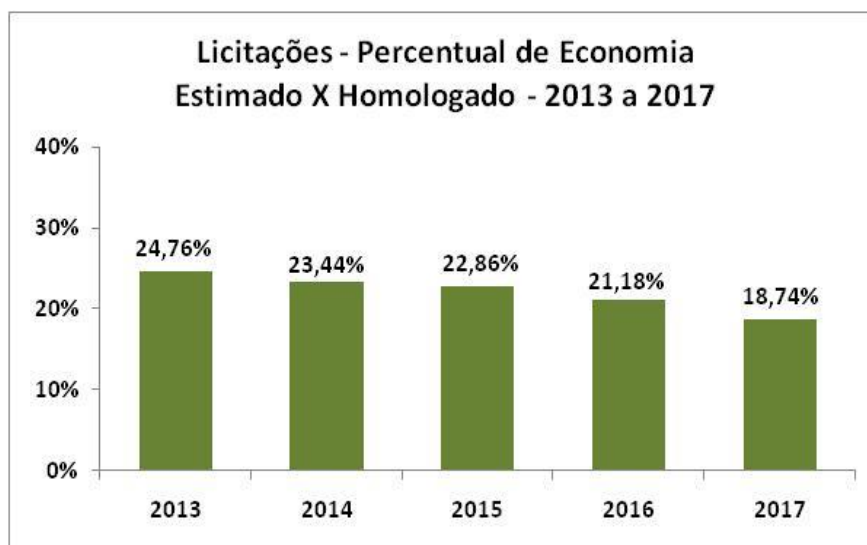


A Lei Federal nº 8666/93, art. 87, inc. III se refere à suspensão de contratação com o serviço público. A Lei 10.520/02, Art. 7º se refere ao impedimento de licitar e de contratar. A Lei Federal Lei nº 8.249/92 Art. 12º se refere à proibição de contratar com o poder público.

3. Indicadores Estratégicos

3.1. Valores Estimados x Homologados nas Licitações (Economicidade)

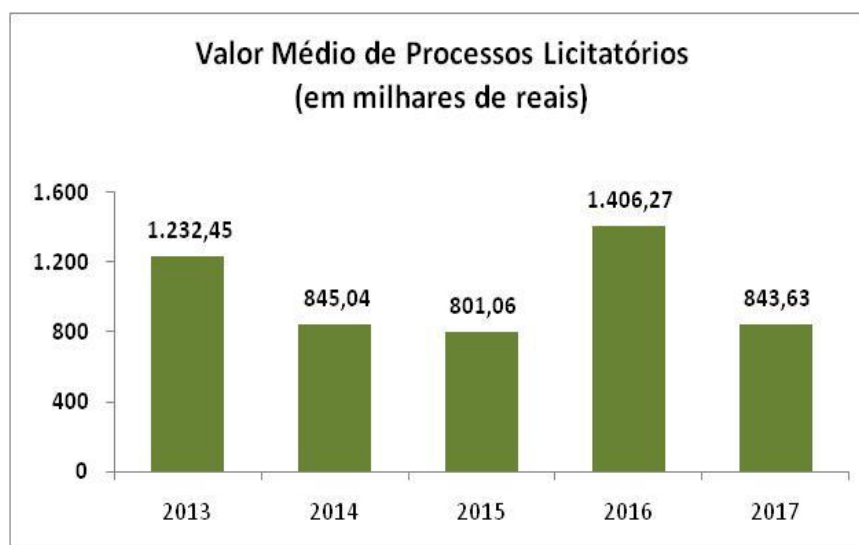
Nos últimos anos a economicidade obtida nas licitações tem se situado na faixa entre 18 e 24%. Desde o ano de 2013 foi verificada redução da diferença entre valores estimados e homologados nas licitações. Entre os



anos de 2013 e 2014 a queda foi de 1,3%, tendo diminuído sua progressão para 0,6% entre 2014 e 2015, 1,6% entre 2015 e 2016 e 2,4% entre 2016 e 2017.

3.2. Média de Valor por Processo Licitatório

No período 2013-2017 o valor médio geral dos processos licitatórios foi de R\$1.025.000,00. As médias anuais oscilaram entre um máximo de R\$1.406.000,00 em 2016 e um mínimo de R\$801.000,00 em



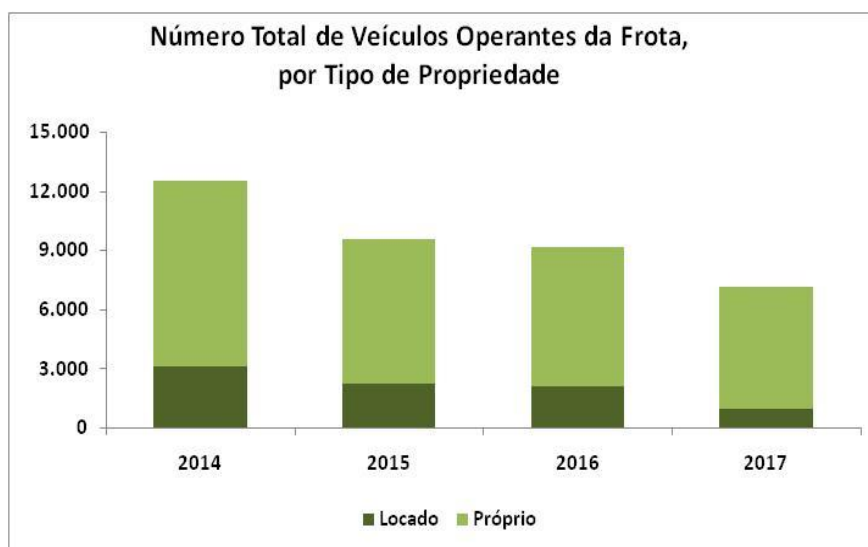
2015. Não se delineou nenhuma tendência de aumento ou redução nos valores médios licitados. Os processos licitatórios tratados neste tópico incluem Pregão Eletrônico, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão Presencial e Convite, sem contabilizar as licitações realizadas para Registro de Preços.

Parte II - Transportes

1. Frota

1.1. Número Total de Veículos Operantes da Frota por Tipo de Propriedade

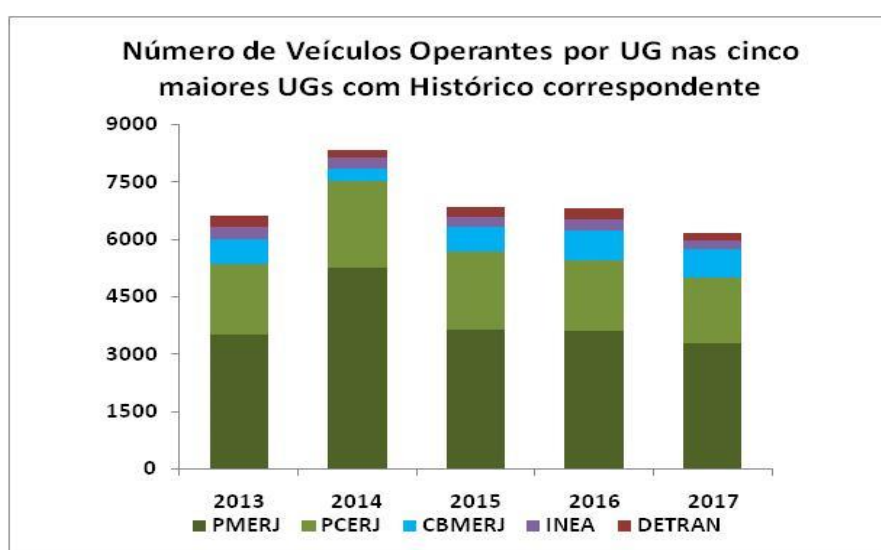
O tamanho da frota oficial vem se reduzindo entre 2014 e 2017. Diminuiu de um total de 12.309 veículos em 2014 para 7.906 veículos em 2017, registrando uma queda de aproximadamente 64% no período, que



equivale a 16% ao ano na média. A maior parte da frota, 87% em média, é composta de veículos próprios contra apenas 13% de veículos locados. A proporção de veículos locados diminuiu desde 2014 em 9%.

1.2. Maiores Frotas por Unidades Gestoras

As cinco unidades gestoras com maior número de veículos em suas frotas constituem, no conjunto, 86% da frota total do Estado. A maior frota é da Polícia Militar, que conta com 45% dos veículos da frota

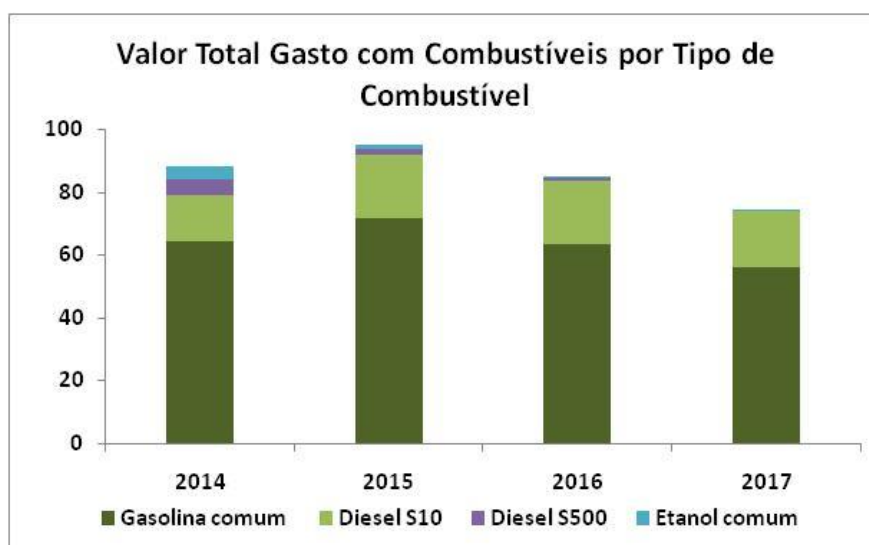


operante do Estado, seguida pela Polícia Civil, que responde por 23% da frota estadual. Outra frota significativa é a do Corpo de Bombeiros Militar. Juntas, essas três unidades perfazem 80% da frota total.

2. Combustíveis

2.1. Valor Total Gasto com Combustíveis por Tipo de Combustível

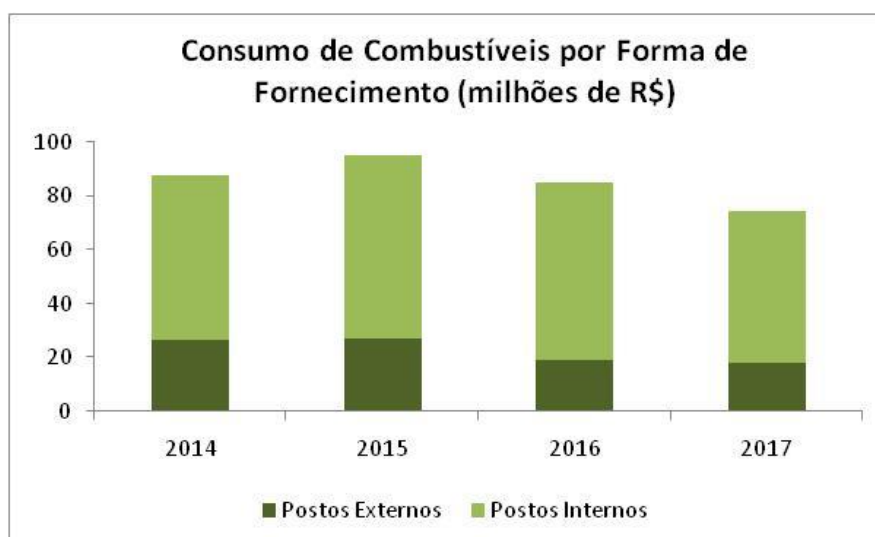
No ano de 2017, o gasto total com combustíveis (gasolina, etanol, diesel S10 e diesel S500), foi de R\$ 74 milhões. A queda foi de 15% em relação a 2016, mantendo a trajetória de retração



iniciada no ano anterior, quando houve queda de 10% em relação a 2015. No período 2014-2017, o maior gasto foi com gasolina, representando 75% do total, seguido pelo diesel S10, que respondeu por 21%.

2.2. Valor Total Gasto com Combustíveis por Forma de Fornecimento (Posto Interno/ Posto Externo)

A maior parte do combustível consumido pelos órgãos e entidades do Estado é fornecida a partir de postos internos. No período 2014-2017, entre 69,7% e 77,1% do combustível têm vindo dos postos



internos. Os postos externos são responsáveis pelo restante do consumo, que varia entre 22,9% e 30,3% do total gasto com combustíveis.

2.3. Cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustível

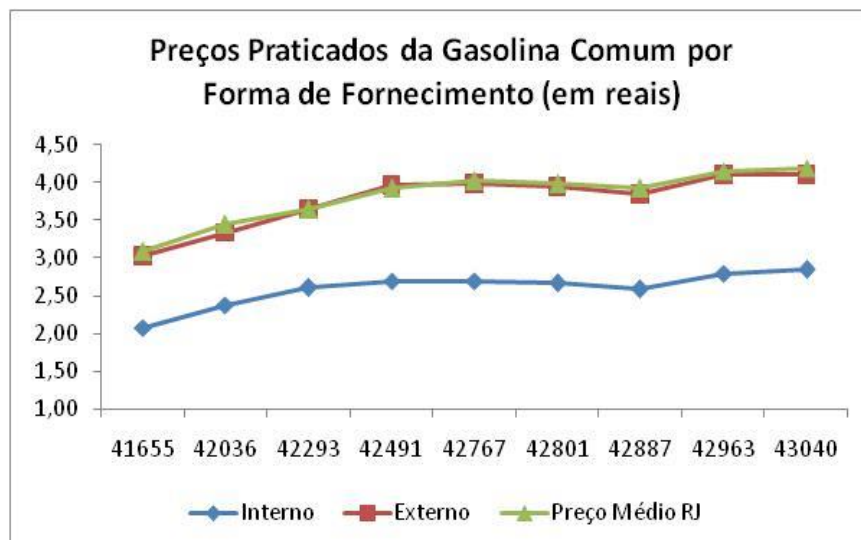
As cinco maiores unidades gestoras por valor gasto com combustíveis responderam, em 2017, por 11% do gasto total com combustíveis. Os dois maiores gastos foram da SEAP e do DETRAN. A seguir, em ordem do gasto vieram INEA, SEGOV e SES.



No conjunto essas cinco unidades têm representado entre 9,2% e 12,6% do gasto total com combustíveis no período 2014-2016, conforme as tabelas no anexo. Uma observação importante é de que os dados da PMERJ, PCERJ e CBMERJ referem-se apenas ao abastecimento realizado nos postos externos, uma vez que no fechamento desta edição os dados referentes aos postos internos para estas unidades não estavam disponíveis de forma individualizada.

2.4. Preços Praticados por Tipo de Fornecimento

Os preços dos combustíveis são fixados por contrato que também contempla a utilização do sistema CTF. Os combustíveis fornecidos através dos postos internos têm preços menores que os fornecidos através

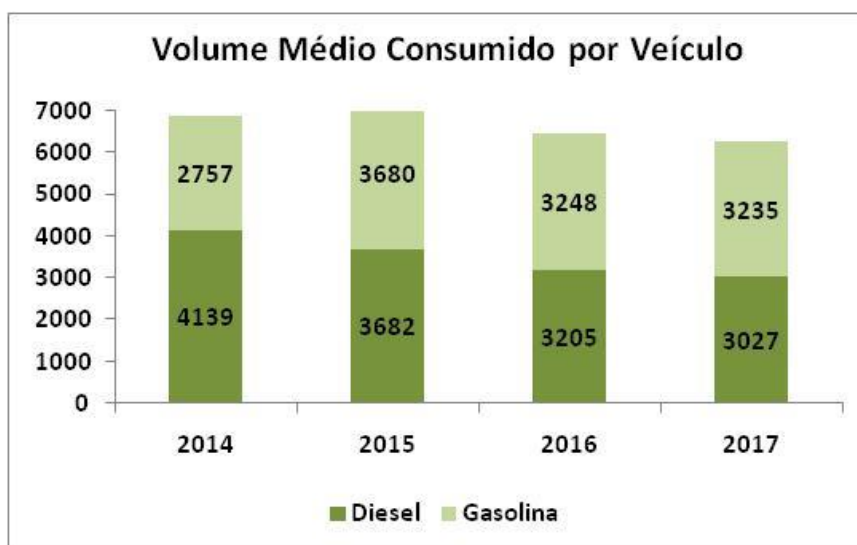


dos postos externos em função da não incidência de impostos em relação aos primeiros. No caso da gasolina, a diferença é de em média 25%. Os combustíveis nos postos externos têm preços em geral ligeiramente melhores que os preços médios praticados nos postos do Rio de Janeiro, apresentando deságios na faixa de 1 a 3% no período considerado.

3. Indicadores Estratégicos

3.1. Volume Médio Consumido por Veículo

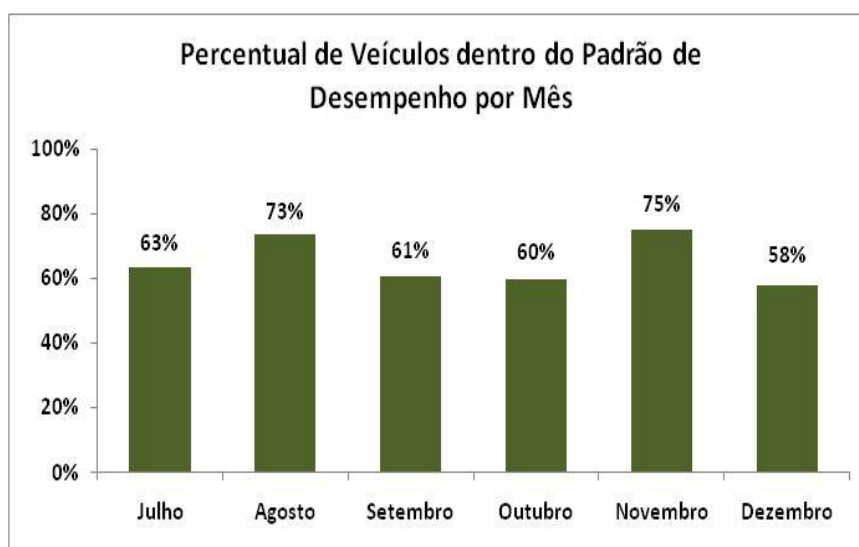
O volume médio consumido por veículo da frota movida à gasolina vem caindo sucessivamente desde 2015, o que sugere uma utilização menos intensiva desses veículos. No caso dos veículos movidos a



diesel, houve um pequeno incremento em 2017 relativamente a 2016, mas ainda assim o volume médio consumido em 2017 representa 92% do observado em 2015, o que também revela um uso mais restritivo desses veículos, o que resulta em economia de gastos com combustíveis.

3.2. Proporção de Veículos Adequados ao Padrão de Desempenho Veicular

A política de adequação do consumo de combustível a padrões de desempenho veicular foi instituída em 2017. A partir desta data foram mensurados os padrões de



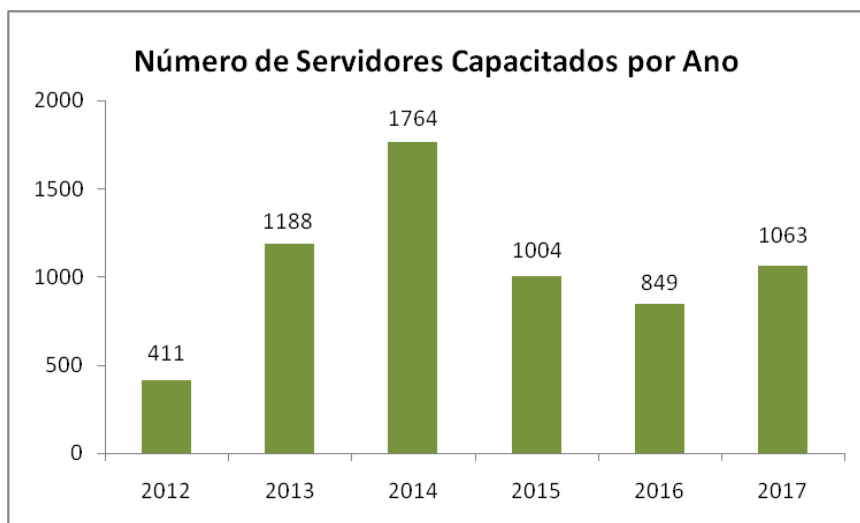
desempenho dos veículos da frota a cujos modelos puderam ser atribuídos padrões do INMETRO. Os padrões de desempenho são definidos em função de um consumo médio mínimo por km rodado. Os percentuais de adequação da frota tem se aproximado de 65% ao longo do período estudado, sendo um dos objetivos da política melhorar este número ao longo do tempo.

PARTE III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LOGÍSTICO

1. Capacitação

1.1. Número de Servidores Capacitados:

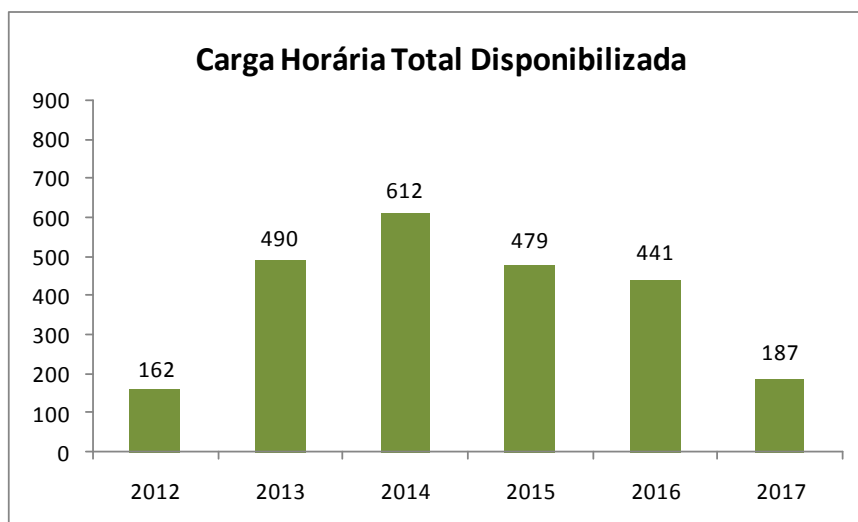
O número total de servidores de logística capacitados tem variado ano a ano, registrando um máximo de 1764 em 2014 e um mínimo de 411 em 2012. A média anual no período 2012-2017 foi de 1046 servidores. Os dados relativos ao ano de 2017 mostram que o número total



de servidores capacitados em 2017 foi pouco maior que a média dos últimos anos, com o total de 1063 servidores capacitados.

1.2. Carga Horária Total Disponibilizada

A carga horária total de cursos disponibilizada tem variado ano a ano, registrando um máximo de 612 horas em 2014 e um mínimo de 162 horas em 2012. A média anual no período 2012-2017 foi de 395,2 horas. Os dados relativos



ao ano de 2017 mostram que a carga horária total esperada ficou abaixo da média histórica, com 187 de horas de capacitação ministradas.

2. Redes

2.1. Número Total de Integrantes das Redes

As Redes de Gestão

Descentralizada

(REDECONT,

REDEBENS,

REDEPREG

e

REDESIGA)

têm

apresentado

variabilidade quanto

ao número de

seus integrantes em

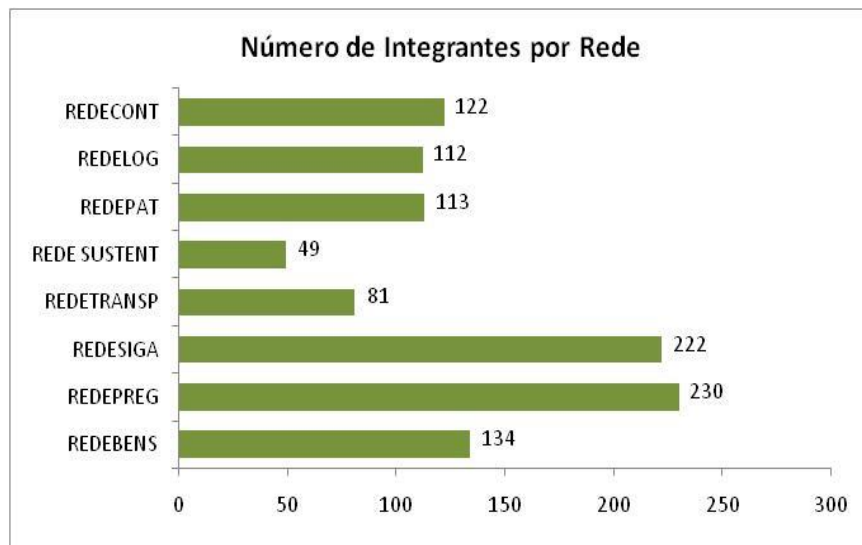
decorrência de

expirações

de certificações e de remanejamento de servidores. Desde o 1º semestre de

2017 as redes logísticas estão em processo de remodelagem para integrar uma estrutura maior

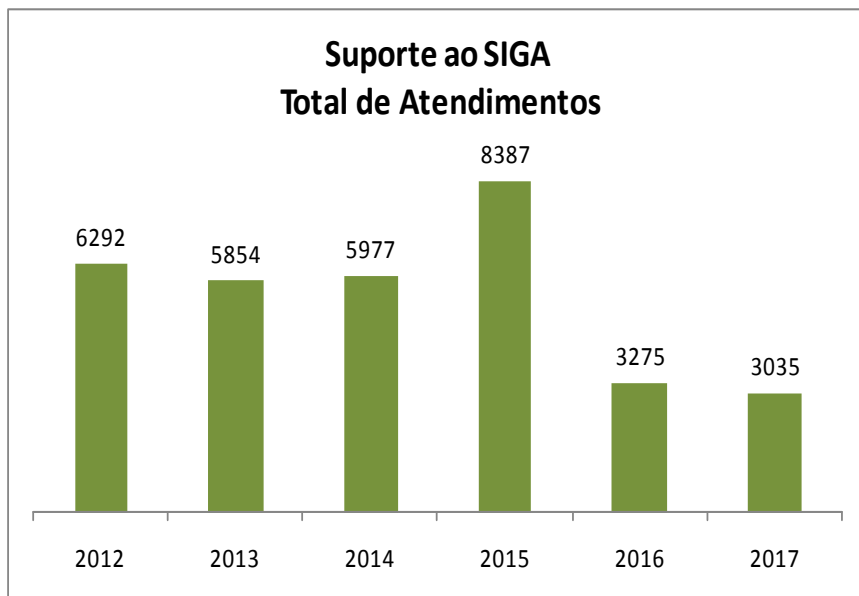
denominada REDELOG.



3. Suporte aos usuários do SIGA

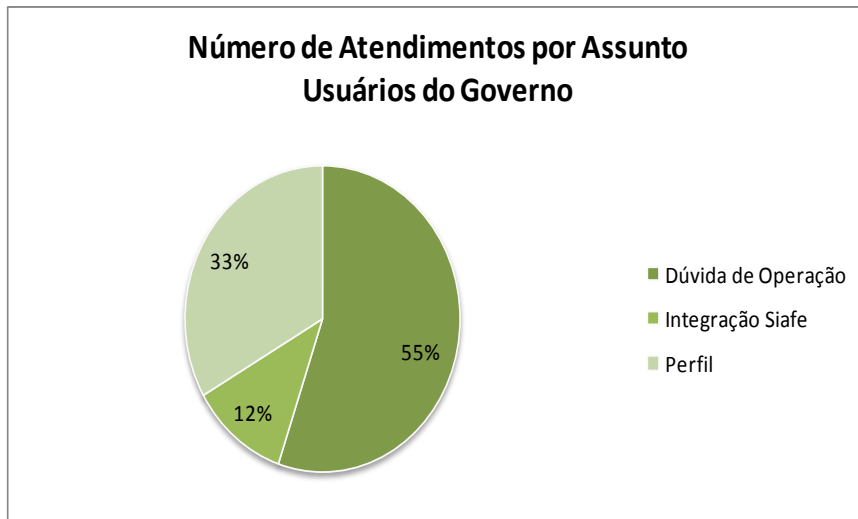
3.1. Número Total de Atendimentos

O número de atendimentos realizados pelo Suporte de Sistemas aos usuários do SIGA caiu a partir de 2016, depois de experimentar um pico de 8.387 atendimentos realizados em 2015.

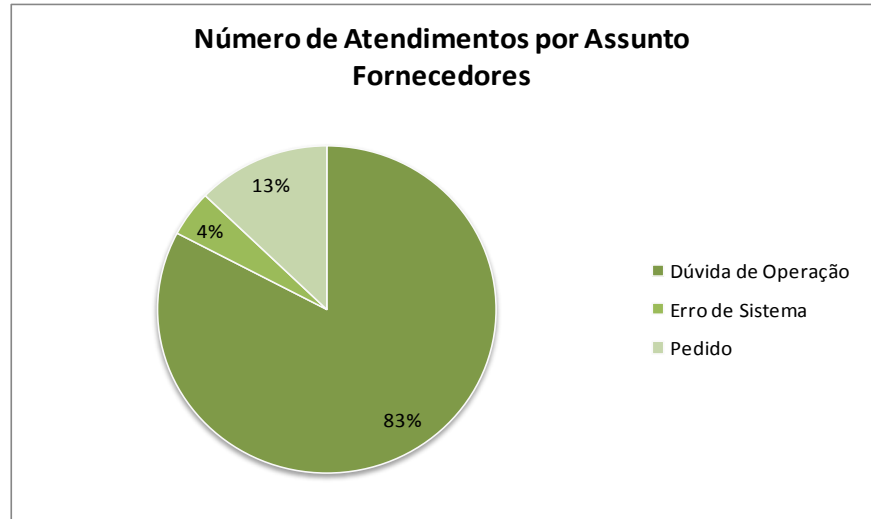


3.2. Número de atendimentos por assunto

No ano de 2017, o assunto "Dúvida de Operação" foi o maior motivo de atendimentos, tanto nos contatos dos usuários do governo quanto de fornecedores. A partir do segundo item mais solicitado, o tipo de usuário começa a fazer diferença.

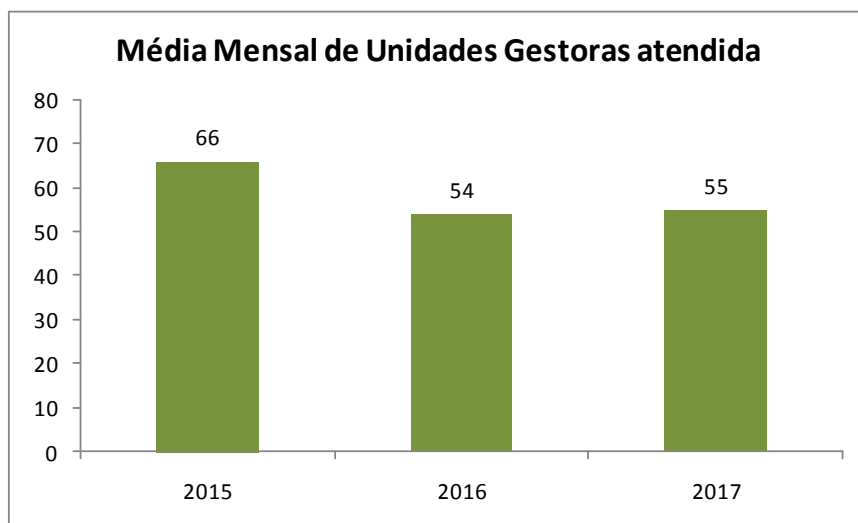


No caso de usuários do governo, a “Integração com SIAFE” - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro e “Dúvidas quanto ao Perfil” somaram 55% dos atendimentos. No caso de fornecedores, “Erro de Sistema” e “Pedidos” são responsáveis por 17% dos chamados.



3.3. Média Mensal de Unidades Gestoras atendidas

A média mensal de Unidades Gestoras atendidas caiu de 66 para 54 em 2016, se mantendo estável em 55 unidades em 2017.



SIGLAS

SIGLA ÓRGÃOS	DESCRIÇÃO
FSC (FSCABRINI)	Fundação Santa Cabrini
FSERJ	Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro
FTM	Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro
FUESP SEAP	Fundo Especial Penitenciário
FUNARJ	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEP	Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP
FUNDEPERJ	Fundo Especial da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
FUNESBOM	Fundo Especial do Corpo de Bombeiros
FUNESPOL	Fundo Especial da Polícia Civil
FUNESPOM	Fundo Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
FUNPERJ	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IO	Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
IASERJ	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
IEEA	Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
ISP (RIOSEGURANÇA)	Instituto de Segurança Pública RIOSEGURANÇA
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
IVB	Instituto Vital Brasil S/A
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
LOTERJ	Loteria do Estado do Rio de Janeiro
METRO	Companhia do Metroviário do Estado do Rio de Janeiro
MPE	Micro e Pequenas Empresas
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PROCON	Autorarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro
PRODERJ	Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do RJ

PSAM SEA	Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Guanabara
RIOPREVIDENCIA	Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro
RIOTRILHOS	Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro
RJPREV	Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEAPEC	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SEAPPA	GES/ Projeto Rio Rural
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEC	Secretaria de Estado de Defesa Civil
SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
SEDRAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEELJE (SEEL)	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude
SEESQV	Secretaria de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPREDEQ	Secretaria de Estado de Prevenção a Dependência Química
SEPROCON	Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor
SERVE	Empresa Estadual de Viação SERVE (em liquidação)
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SSCS	Subsecretaria da Comunicação Social
SSMCC	Subsecretaria Militar da Casa Civil
SUBLOP - SEPLAG	Subsecretaria de Logística e Patrimônio

SUDERJ	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
VG	Vice-Governadoria

SIGLA REDES	DESCRIÇÃO
REDEBENS	Rede de Gestores de Bens Móveis
REDEPREG	Rede de Pregoeiros do Governo do Estado do Rio de Janeiro
REDESIGA	Rede de Gerenciadores do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições
REDETRANSP	Rede de Transportes Oficiais
REDE SUSTENT	Rede de Edifícios Públicos Sustentáveis
REDEPAT	Rede de Patrimônio Imóvel do Estado do Rio de Janeiro
REDELOG	Rede Logística do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro
REDECONT	Rede de Gestores de Contrato



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
FAZENDA E
PLANEJAMENTO

Subsecretaria de Gestão

Av. Erasmo Braga, 118 // Centro - Rio de Janeiro - RJ

www.fazenda.rj.gov.br